

O rato que ruge



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

O rato que ruge é uma comédia britânica, de 1959, simples e direta. Um país que depende da exportação de vinho para os Estados Unidos subitamente encontra poderoso concorrente. Na Califórnia, surge um produto com nome semelhante e preço mais baixo. Para evitar a falência, este pequeno país declara guerra aos Estados Unidos, com objetivo de ser derrotado e conseguir expressivos ganhos com sua derrota, como ocorreu com o Plano Marshall na Europa ocidental. Ou, com outro exemplo mais recente, o Vietnã.

A crítica é muito inteligente e atual no filme dirigido por Jack Arnold, baseado no livro homônimo de 1955 do escritor irlandês Leonard Wibberley. A história cria um país fictício na Europa, na fronteira entre França e Suíça, chamado Grão Ducado de Fenwick. O ator principal é o formidável Peter Sellers, que faz três papéis no filme. A atriz é Jean Seberg. A invasão dos Estados Unidos, por intermédio de um exército de 22 soldados, armados com arcos e flechas, é hilariante. O comandante é míope. Naturalmente, tudo resulta em equívoco monumental.

Mas, o pior acontece. O pequeno reino, por uma série de circunstâncias, vence a guerra e o governo dos Estados Unidos oferece a paz e o pagamento de um milhão de dólares. A história é uma grande ironia com a política externa dos EUA, o que a torna muito

atual. Antes de declarar guerra, o pequeno ducado tentou negociar com Washington, mas não obteve qualquer resposta. Só restou a guerra como alternativa. O fato é que o filme se parece muito com a situação brasileira em sua atual relação com o governo de Washington.

O presidente Donald Trump fez 31 reuniões na Casa Branca para tratar da questão das tarifas externas. Ele recebeu mais de 20 chefes de Estado. Lula nunca foi lembrado para participar das reuniões. Não enviou nenhuma sinalização para o Brasil. Sequer respondeu à carta enviada em maio passado. Trump não é imprevisível, como afirmam os comentaristas. Ele estica a corda como jogador de pôquer, faz o primeiro lance alucinado e obriga o competidor a entrar no jogo. Não há como ignorá-lo. Como o Brasil é grande demais para tentar fazer a guerra e perder, a única alternativa restante é aguardar, com a calma necessária de bom jogador, o momento de apresentar suas cartas e argumentos. Segundo os melhores analistas norte-americanos, Trump vai negociar, no seu tempo.

A política norte-americana em relação às Américas nunca foi muito sutil. A América para os americanos, dizia a doutrina Monroe. O então presidente norte-americano queria impedir que as potências europeias recolonizassem suas posses no Novo Mundo. Na América Central, a política de Washington invadiu à vontade. Baixou o cacete. O melhor exemplo vem da Guatemala, em 1954. Um golpe militar de Carlos Castillo Armas, apoiado pela CIA, derrubou o governo progressista de Jacobo Árbenz. O argumento para o golpe foi de que o presidente deposto planejava facilitar a entrada do comunismo soviético no continente. Na verdade, o presidente deposto pretendia cobrar impostos da empresa bananeira, que operava no país.

No Brasil, no Chile, no Uruguai, na Argentina, na

Colômbia (criação do Panamá), os norte-americanos se divertiram derrubando governos democraticamente eleitos. Sempre houve a preocupação de manter o quintal de Washington sob controle. Agora ocorre a novidade da presença muito forte dos chineses na região e da relativa diversificação dos mercados. Hoje o momento é diferente daquela época em que predominava o maniqueísmo. Moscou comunista não há mais. E Cuba vive em racionamento de energia e alimentos. Mas, a existência de Trump, com suas ideias mercantilistas do século 19, é um retrocesso de bom tamanho.

Do ponto de vista da política interna, Lula recebeu um inesperado presente de Trump. Ele pode esticar a corda da negociação, uma vez que o prejuízo já está precificado pelos empresários. Todos sabem que o país vai perder, haverá desemprego e o agronegócio, principal atividade econômica do país, será fortemente atacado. Esse grupo, curiosamente, reúne o maior bloco de apoio a Bolsonaro no país. Trump deu prestígio a Lula, que voltou a ser o líder nacionalista de outros tempos, e prejudicou a oposição, que passou a ser percebido como o grupo de traidores da pátria e criadores de uma enorme onda de desemprego.

Trump anuncia acordos com Japão, Filipinas e Indonésia. Já havia avançado negociações com a comunidade britânica. Mas, Canadá, México e Brasil estão na lista de espera. Pode causar alguma angústia, mas os brasileiros vão procurar novos parceiros e amadurecer na política externa. Discursar no Palácio de La Moneda, em Santiago do Chile, como Lula fez semana passada, ofereceu a chance de revisitar o local da morte de Salvador Allende, em setembro de 1973. Mas o momento atual é de falar menos e agir mais.

Dica: o rato que ruge está disponível no YouTube. Vale a pena.

IA: uma travessia sobretudo civilizatória



» MÁRIO SALIMON
Consultor internacional,
especialista em
comunicação e gestão da
estratégia e membro da
Rede do Conhecimento
do Fórum do Futuro

As inteligências artificiais (IAs) se configuram muito rapidamente como camada estrutural e estratégica da vida organizacional. Reduzir seu papel à eficiência operacional é ignorar seu real impacto: a redefinição das relações humanas mediadas por tecnologia e, consequentemente, de culturas organizacionais, sociais e políticas. Assim, a condução responsável das transformações resultantes desse fenômeno disruptivo exige um duplo movimento: de um lado, investir em inovação tecnológica; de outro, promover inovação relacional.

Desde tempos antigos, o ser humano busca insuflar vida no inanimado. Autômatos mitológicos, criaturas artificiais na literatura e no cinema e dispositivos como o ábaco e o mecanismo de Anticítera prefiguraram a ascensão da IA. De marcos como o teste de Turing e a invenção da internet até a chegada dos grandes modelos de linguagem, como o ChatGPT, percorremos um longo caminho, não apenas técnico, mas também simbólico e social.

Talvez por essa gênese ancestral fantástica, a disseminação da IA nas organizações seja frequentemente acompanhada de uma visão mágica e acrítica: a suposição de que a introdução de tecnologias avançadas resultará automaticamente em eficiência e vantagem competitiva. Essa crença é ingênua e perigosa. A IA, como toda tecnologia de alto impacto, não necessariamente corrige falhas estratégicas ou culturais. Ela frequentemente as amplia.

Já se pode notar um conjunto significativo de desafios na implantação das IAs, e a comunicação é certamente o primeiro a gritar por atenção, pois a construção de sentido comum é condição básica para a gestão da complexidade. Gerações distintas, por exemplo, percebem transformações de formas diferentes. Tomemos o caso da ESG, função hoje inescapável no mundo empresarial. Para a geração Z, a primeira a nascer na era digital, não basta lucratividade. Exigem-se sustentabilidade, ética e inclusão. Não é suficiente perguntar “O que a IA faz?”, mas também “A quem ela serve?”, “Quem ela exclui?” e “Qual mundo ela ajuda a construir?”. Ignorar essas perguntas é erro basal. Organizações que não integrem estratégia, responsabilidade social e cultura em seus projetos digitais tenderão a reproduzir os próprios vícios, tornando-se socialmente irrelevantes.

É importante notar que organizações são ecossistemas de conversas; e o grande salto recente no campo da IA tem a ver, precisamente, com a capacidade de as máquinas, pelo domínio da linguagem natural, poderem fazer parte desse ambiente de trocas significativas de conteúdos. Nossas interações com as IAs, por mais operacionais que pareçam, também geram intersubjetividade. Moldamos seu “pensar”, e elas, por sua vez, impactam nossas decisões e comportamentos, computando o porvir e influenciando o modo como colonizamos o futuro.

A velocidade e o ganho de escala do fenômeno IA não têm precedentes. Em apenas três anos, o GPT evoluiu em processamento o que a computação clássica levou meio século para conquistar. Não seria prudente crer que a volubilidade dos movimentos pessoais e individuais nos levaria a uma coordenação objetiva dos interesses humanos frente a um intelecto com tamanha capacidade evolutiva. Já está mais uma questão a ser protagonizada pelas organizações, pois são elas que promovem as grandes mudanças na sociedade. Contudo, as IAs nelas se entranham em plena permacrise, numa combinação de instabilidade econômica, emergência socioambiental e tensões sociais. E essa é apenas a primeira de várias ondas tecnológicas disruptivas, de modo que a ideia de que estaríamos em transição para algum porto seguro é certamente ilusória.

A escolha à frente é civilizatória: manter práticas ultrapassadas ou inaugurar modos de organização mais éticos, sustentáveis e inclusivos. Redes de colaboração genuína, escuta ativa, empatia e culturas inclusivas não são complementos, mas fundamentos da inovação sustentável. A liderança organizacional atual deve incorporar a permacrise ao planejamento, internalizando questões socioeconômicas e ambientais como parte permanente do cenário competitivo, pois inovar é também mitigar desigualdades, reduzir impactos ambientais e fortalecer a coesão social.

A tecnologia oferece potência, mas a direção é humana. Se as máquinas podem tornar-se mais humanas em sua capacidade de aprender e dialogar, por que não podemos nós, gente de carne e osso, embutir humanidade em nossa capacidade de decidir, liderar e construir o futuro?

Brasília, o Quadrado mais amado do Brasil. Mas, e o espaço para os artistas?



» KAMILA RIBEIRO
Cantora e artesã de Brasília

Brasília, o coração político do Brasil, é também o lar de uma imensa riqueza cultural e criativa. Conhecida por sua arquitetura única e organização urbana, nossa cidade pulsa com o talento de artistas que resistem diariamente para manter viva a chama da arte em meio a tantos desafios. Sou cantora e artesã, residente e domiciliada neste Quadrado tão amado. Falar sobre as oportunidades artísticas que Brasília oferece é, para mim, tanto um dever quanto um desabafo.

Como capital federal, era de se esperar que Brasília fosse uma referência no incentivo à cultura. Mas a realidade é outra. As oportunidades são, frequentemente, restritas e concentradas nas mãos de quem pouco se importa com o fortalecimento da cena local. No caso da música, a situação é preocupante. Muitos artistas têm seu trabalho desvalorizado pelas casas noturnas, que não repassam corretamente o valor artístico, obrigando-os a aceitar valores irrisórios. Isso provoca desunião e transforma o ambiente artístico em uma competição injusta, onde reina o “salve-se quem puder”.

E onde está a Ordem dos Músicos do Brasil neste

cenário? Uma instituição que deveria proteger os profissionais da música, mas, na prática, tem se mostrado ineficaz. O resultado é a fuga de talentos para outras cidades, como São Paulo ou Goiânia. Basta lembrar de nomes, como Legião Urbana, Raimundos e Herbert Vianna, que só alcançaram projeção nacional depois de deixar Brasília. Não podemos dizer que falta público ou estrutura. A cidade tem quase 3 milhões de habitantes e uma diversidade cultural imensa. No entanto, em grandes eventos, artistas de fora recebem cachês altíssimos, enquanto os locais são ignorados. O dinheiro que poderia fortalecer nossa cena cultural é enviado para outros estados.

O Polo de Cinema, prometido como grande investimento no audiovisual, tornou-se símbolo do abandono. Outro desafio é a chamada “lei do silêncio”, cuja má aplicação inviabiliza eventos com música ao vivo, causando o fechamento de espaços culturais. A perda dessas casas representa o fim de oportunidades para centenas de artistas. Como artesã há mais de uma década, afirmo com convicção: o artesanato brasileiro é invisível ao poder público. Sem espaços dignos de exposição e com taxas abusivas para feiras, o pequeno artesão luta para manter seu ofício. A Torre de TV, que já foi símbolo da arte popular, hoje se parece mais com um shopping de móveis planejados.

Isso é um reflexo do descaso com a arte feita à mão, que também é economia, identidade, memória e meio de sustento, sobretudo em áreas rurais. E quando falamos de invisibilidade, é impossível ignorar o racismo estrutural que atravessa todas essas

dificuldades. O racismo é um sistema de opressão que nega oportunidades, inferioriza culturas e silencia vozes pretas e indígenas — inclusive, no campo artístico. Ele não se manifesta apenas em ofensas diretas, mas também na falta de acesso, no apagamento da história, na dificuldade de ascensão e na ausência de representatividade.

No mundo das artes, o racismo se expressa na ausência de apoio a iniciativas culturais negras, na exclusão de artistas pretos de grandes festivais, e na resistência em aceitar referências que fogem do padrão eurocêntrico. Conscientizar sobre o racismo é urgente. É reconhecer que ele existe e que precisamos combatê-lo ativamente, principalmente nas instituições públicas e culturais. A arte preta e periférica precisa ser vista como potência, não como resistência periferia que só merece atenção em novembro — mês da Consciência Negra. A valorização real passa por políticas públicas consistentes, editais acessíveis e espaços culturais que reflitam a diversidade da população brasileira.

Apesar das dificuldades, seguimos criando, cantando, produzindo e resistindo. Brasília tem tudo para se tornar um polo cultural de referência nacional — mas isso só será possível quando seus artistas forem respeitados, valorizados e incluídos em sua diversidade. Investir em cultura é investir em identidade, pertencimento e justiça social. É hora de transformar o Quadrado mais amado do Brasil também no mais justo, plural e fértil para a arte florescer. Porque sem cultura não há futuro. E sem combater o racismo, não há verdadeira transformação.